O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores – Seção Brasileira da 4ª Internacional | www.otrabalho.org.br | R$ 4,00 (solidário R$ 5,00) | nº 839 – de de 8 a 22 de novembro 2018

HORA DE ORGANIZAR A RESISTÊNCIA!

Foto: Dida Sampaio/Estadão

Bolsonaro, Toffoli e Temer: unidos para prosseguir os ataques em nome da Constituição, a começar pela Previdência

Luta de Classe
Defender a Previdência
pág. 4

Partido
PT começa a avaliar eleições
pág. 8

Nacional
Moro é premiado por trabalho sujo
pág. 9

Lula Livre

“Eu vou à luta com essa juventude”

Após 2º turno, seguir resistindo com energia e organização

Milhares de jovens agarram-se na candidatura do PT para defender seu estudo, moradia, emprego e viver um futuro digno. Saíram às ruas, animaram bairros, entusiasmaram mobilizações em escolas e universidades enfrentando a mentira das redes sociais, a violência e as ameaças aos direitos. Como bem disse a UNE “tudo isso com o aval das instituições, como TSE e STF, que consideraram a eleição ‘normal’”.

Abre-se uma nova etapa no país com mais incertezas e novos conflitos sociais, afinal Bolsonaro pretende cortar mais verbas para educação, privatizar o ensino público e encarcerar mais jovens negros.

Certamente, os jovens que lutaram pela melhor saída votando no PT, muitos dando os primeiros passos, tem enorme potencial se organizada para resistir juntamente com os trabalhadores.

Organizar a luta

Na reta final da campanha ocorreram assembleias estudantis e manifestações de massa. A absurda reação do judiciário nas universidades retirando faixas, recolhendo materiais e impedindo atividades revelou incomodo das instituições apodrecidas (ver pág. 6). E esta resistência prosseguiu após o 2º turno, com centenas de estudantes, como na USP e UnB que, em defesa da democracia, botaram pra correr provocadores pró-Bolsonaro.

Como se vê, parte importante dessa juventude que depositou esperança no PT seguirá na resistência nas periferias e locais de ensino.

UnB: no dia seguinte ao 2º turno estudantes reagem à provocações de bolsonaristas

Esse afluxo aumenta a responsabilidade da Juventude do PT para acolher e organizar essa resistência. É preciso, mais que nunca, realizar um trabalho de massa, coletivo e paciente, junto às entidades estudantis e organizações jovens, ao lado dos trabalhadores, para mobilizar a juventude na luta política por direitos.

Seguir em frente

O próximo período é de lutas. Entidades estudantis conseguiram adiar votação do famigerado PL “escola sem partido” (abaixo). A CUT e centrais já preparam mobilização contra a Reforma da Previdência. Assembleias estão sendo convocadas em universidades.

Com plenárias abertas chamadas nas próximas semanas, a Juventude Revolução do PT segue firme na campanha por Lula livre e pelos direitos. Segundo eles “é hora de alcançar milhares que se abstiveram e que votaram no Bolsonaro, mas se chocarão com ele à medida que o pacote de maldades for anunciado. Vamos com a JPT organizar a resistência em cada bairro, escola, universidade e local de trabalho”.

P. Vilela

“CANTO MAIOR” VENCE DCE UFSC!

A chapa “Canto Maior” venceu as eleições para o Diretório Central dos Estudantes da UFSC no último dia 31 de outubro com 5.661 votos contra 2.387 da chapa “Zero” ligada ao MBL e apoiadores de Bolsonaro. A campanha ocorreu em pleno 2º turno, o que polarizou a disputa do DCE tendo expressiva participação com mais de 8 mil estudantes, maior dos últimos anos. A ampla unidade de “Canto Maior” composta pela Juventude Revolução do PT, JPT, UJS, Juventude do PCB, Brigadas Populares e outros, atraiu inúmeros jovens que se somaram à chapa para defender a democracia e os direitos, apoiando a candidatura de Haddad. No programa tinha a defesa da Universidade pública e gratuita e, das organizações estudantis como a UNE, que precisam ser ponta de lança nas mobilizações. É hora de arregaçar as mangas e colocar o DCE UFSC de novo na luta!

Resistência adia votação do PL Escola sem Partido

Entidades estudantis e sindicais se mobilizam contra “Lei da Mordaça”

No último dia 31, a UNE, UBES e sindicatos de educadores conseguiram adiar a votação do projeto “Escola sem partido” (PL 7180/14) na Comissão Especial do Congresso Nacional. No dia 7 de novembro, a votação voltou à Comissão, sendo novamente adiada em função de novas manifestações.

Censura em sala de aula

Este projeto propõe alterações na Lei de diretrizes e bases para que a “liberdade de ensino não sobreponha a liberdade de aprendizado”, o que significa inverter a lógica do ensino e abrir caminho para que professores sejam perseguidos e censurados em sala de aula.

Querem impedir o livre debate, proibindo os professores de exercerem sua profissão e “confrontar as convicções políticas e ideológicas” dos estudantes. Usando o argumento da liberdade contra “doutrinação” querem restringir as bases científicas do conhecimento no processo de ensino-aprendizagem e, com isso, prejudicar estudantes que não terão mais o livre acesso ao conhecimento.

“Sou professora, não criminosa”

O atual Congresso, em fim de mandato, reativou o pacote de maldades. Limitaram verbas para educação, aprovaram a Reforma do Ensino Médio e, agora querem tutelar os professores.

O Projeto “Escola sem Partido”, conhecido como “Lei da mordaça”, além de péssimas condições de trabalho, visa amordaçar professores em pleno exercício profissional. Reagindo às investidas para que alunos filmem e denunciem professores (ver box), uma professora indignada escreveu: “Peço aos meus alunos que quando forem filmar meu trabalho mostrem a latinha com lápis e borracha que compro para emprestar todos os dias; mostrem os cadernos de meu armário de onde tiro folhas com linhas para seus trabalhos, para que não arranquem de seus cadernos (...) as compras de Páscoa, dia das crianças e Natal que, para muitas crianças, será a única lembrancinha. Mostrem tudo, por favor. Sou professora, não criminosa. Mereço respeito, não denúncia”.

O Movimento estudantil com suas entidades, ao lado dos professores e seus sindicatos prometem resistir para impedir esse retrocesso e defender a liberdade de cátedra e ensino de qualidade.

Em nota a Juventude do PT conclama os “estudantes e suas entidades para se organizarem, conformando uma forte e representativa resistência à este nefasto projeto que pretende amordaçar a todos nós”. A Juventude Revolução do PT sempre presente nesta luta, ajuda engrossar as fileiras dessa resistência.

Helio Barreto

Manifestação contra Projeto Escola sem Partido, durante reunião da Comissão da Câmara, votação foi adiada

INCENTIVO À PERSEGUIÇÃO

Ana Caroline Campagnol, eleita deputada estadual em Santa Catarina pelo PSL, criou um “canal de denúncia” incitando os estudantes a filmar e denunciar os professores por manifestações político-ideológicas.

Também em Juiz de Fora (MG), uma autodenominada “Comissão da Sociedade Civil pela Educação”, via WhatsApp incentiva estudantes a denunciarem os professores, disponibilizando números de telefone.

Contra essa ofensiva, o vereador de Juiz de Fora (MG), Betão, recém-eleito deputado estadual pelo PT, em pronunciamento na Câmara Municipal denunciou essa prática ilegal nas escolas e universidades e alertou “essas pessoas vão sofrer consequências, por vários sindicatos de trabalhadores, já fica avisado”. Apoiado! De fato, professores a estudantes deverão apoiar-se em suas entidades para fazer frente e esta ofensiva que progride graças a conivência do poder Judiciário que nada faz de concreto para coibi-la.

A luta continua: organizar a resistência!

Finda as eleições, a luta continua, em condições mais difíceis, sem dúvida, para a classe trabalhadora e as camadas oprimidas, que entram num período de defender-se dos ataques que o governo eleito anuncia, dando prosseguimento ao processo de desmantelamento dos direitos e da soberania que Temer iniciou com o golpe de 2016.

O ano de 2018 foi marcado pela expectativa de derrotar nas urnas o golpe. Expectativa que se manifestava nas pesquisas e atividades de rua, da preferência inequívoca pelo voto Lula, até quando ele foi retirado das sondagens eleitorais em função da impugnação feita sob encomenda dos interesses do capital financeiro e servilmente cumprida pelas instituições.

Eleições marcadas pela fraude, desde a condenação e prisão de Lula, e todas as restrições que lhe foram impostas, o PT decidiu disputá-la e com reais chances de vitória, primeiro com Lula e depois com Haddad. Sim havia condições de vitória e, por isso mesmo, a fraude que começou com a retirada de Lula só se aprofundou, de uma maneira jamais vista nas últimas eleições presidenciais.

Sob o comando dos interesses do capital especulativo, a burguesia, as instituições, a mídia, as cúpulas das igrejas evangélicas, enfim os que tinham a perder com a vitória do PT, alinharam-se a Jair Bolsonaro. E, numa "sacrossanta" aliança, instauraram o vale tudo com o beneplácito do poder Judiciário.

As classes dominantes, sem outra alternativa, perfilaram-se a Bolsonaro que trouxe com ele, dos porões da ditadura, representantes das Forças Armadas como fiadoras de sua candidatura.

A foto da seção solene no Congresso Nacional no último dia 6 que estampamos na capa desta edição, é emblemática da situação. O presidente golpista Temer, Bolsonaro, eleito nas condições que se conhece, e o presidente do Supremo Tribunal Federal, Toffoli, perfilados em nome da Constituição de 1988, para prosseguir a pilhagem dos direitos dos trabalhadores e da soberania nacional. A começar pelo ataque à Previdência, o que foi cobrado na manhã do dia 29 pelas agências do capital financeiro

O PT ESTÁ DE PÉ, COMO FERRAMENTA NA LUTA PELOS DIREITOS E PELA DEMOCRACIA

Dias difíceis se anunciam, mas é possível resistir. O PT sai derrotado das eleições, mas está de pé como o principal instrumento de luta pela democracia, pelos direitos.

Ao lado da CUT, dos movimentos populares, de partidos e setores comprometidos com os interesses dos trabalhadores e da nação, e das organizações da juventude, cabe ao PT a responsabilidade de organizar a resistência em defesa da democracia e dos direitos.

Nesta empreitada, o partido está chamado a fazer um balanço. É verdade que o resultado eleitoral foi urdido por uma campanha monstruosa, com meios poderosos, para disseminar o antipetismo. Mas é verdade também que esta campanha encontrou terreno para prosperar frente à frustração com os 13 anos de governo petista. Sem desconhecer as conquistas do período, amplas parcelas de nossa base social, especialmente nos grandes centros, ressentem-se da política que entrou em choque com suas expectativas.

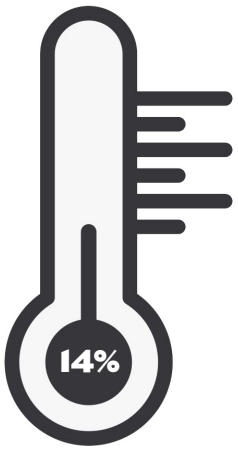
O curso aberto no 6º Congresso do PT que apontava o caminho de ruptura com as instituições que alicerceiam um sistema repudiado pelas massas – sentimento fraudulentamente reivindicado por Bolsonaro – precisa ser retomado. Afinal foi dali que o PT reuniu forças para sair da situação de 2016 e chegar ao segundo turno das eleições presidenciais, eleger a maior bancada de deputados federais e quatro governadores.

O PT está de pé, e por isso mesmo a perseguição dos poderosos vai prosseguir, a defesa do partido passa pela defesa da liberdade para o companheiro Lula.

Em defesa da democracia, Lula Livre! Em defesa dos direitos, não mexam na previdência! São as tarefas imediatas na luta que continua.

CAMPANHA FINANCEIRA DE O TRABALHO

Já são quase 400 calendários vendidos!



O calendário de 2019 da campanha financeira de O Trabalho está à venda faz três semanas e pelo menos 376 pessoas já adquiriram seu exemplar, como contribuição à nossa sustentação financeira independente.

A diretoria do Sindicato dos Químicos de São Paulo, por exemplo, adquiriu um lote para distribuição entre os seus dirigentes. Assim como os Químicos, muitas outras entidades compraram lotes e vários dos nossos tradicionais compradores estão comprando mais de um exemplar para oferecer como presente de final de ano para amigos.

São fatos como esse que nos orgulham, pois é no combate pela nossa sustentação que registramos o reconhecimento de amplos setores do movimento operário de nossa contribuição à luta.

Nessa edição, o Calendário de O Trabalho de 2019 comemora o centenário de fundação da Internacional Comunista (IC), fundada em 1919.

Uma bem produzida publicação com dezenas de fotos e gravuras associando temas da época com as resoluções dos seus quatro primeiros congressos, de tal modo que o leitor tem a compreensão do momento histórico e as condições que se desenvolvia a luta de classes no momento da fundação da 3ª Internacional e nos anos seguintes.

O leitor poderá adquirir seu exemplar junto aos militantes de O Trabalho e discutir um valor para sua contribuição ou solicitar um exemplar através dos nossos canais de comunicação. Assim, estará ajudando a sustentar nosso combate independente.

Memória

ATOS REPUDIAM INVASÃO DE GRANADA PELOS EUA

No mesmo momento em que os marines norte-americanos invadiam Granada, manifestava-se no Brasil a solidariedade para com o povo granadino e o repúdio ao imperialismo. Ao chamado do PT, da CUT e de dezenas de entidades sindicais, democráticas, de partidos e personalidades, dois atos foram imediatamente realizados, em São Paulo e Rio de Janeiro. (...) Cerca de 500 pessoas protestaram no Rio contra a intervenção do imperialismo em Granada, no último dia 31. Os manifestantes concentraram-se inicialmente em frente à Cinelândia, onde fizeram uso da palavra parlamentares e personalidades. Depois disso, todos seguiram em passeata rumo ao consulado norte-americano (...)..

O TRABALHO
A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores
FIGUEIREDO SE PREPARA PARA APROVAR O 2065
é preciso barrar os pacotes!
Tirem as mãos sangrentas de Granada
O imperialismo inicia a invasão da América Central. É o prelúdio à invasão da Nicarágua, onde Reagan quer destruir a revolução. Ninguém pode aceitar essa agressão criminosa.
1917 1983 66 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

O Trabalho nº 223 – 4/11/1983

Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br **Facebook**: www.facebook.com/jornalotrabalho

Diagramação: Mariana Waechter

Alerta em defesa da Previdência pública e solidária!

"Mercado" ordena e ex-capitão vai atacar as aposentadorias

Em 7 de novembro, Bolsonaro reuniu-se com Temer para discutir o início da contrarreforma da Previdência ainda este ano, num Congresso em fim de mandato.

O presidente eleito fala em aproveitar pontos da PEC 287, cuja tramitação foi bloqueada depois da greve geral de 28 de abril de 2017, tais como a idade mínima de 65 anos para homens e 62 para mulheres, o aumento do tempo mínimo de contribuição de 15 para 25 anos para se obter aposentadoria proporcional (70%) e de 35 para 40 anos para se obter a integral.

Os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), e o do Senado, Eunício de Oliveira (MDB), não parecem dispostos a colocar em votação esse tema, mas é preciso que o movimento sindical esteja em estado de alerta, como foi decidido numa primeira reunião de centrais sindicais – CUT, Força Sindical, Nova Central, CTB, CSB, Intersindical e Conlutas - em 6 de novembro, que se desdobrará num seminário no dia 12 e num dia nacional de panfletagens em 22 de novembro.

Paulo Guedes quer mais

O futuro ministro e "guru" econômico de Bolsonaro, Paulo Guedes, quer mais do que idade mínima e aumentar o tempo de contribuição. Ele já deixou claro que quer introduzir o regime de capitalização individual no lugar do regime de repartição da Previdência pública e solidária.

Guedes, um "Chicago boy" (formado pela escola ultraliberal) que foi pesquisador na Universidade do Chile nos anos 80, durante a ditadura de Pinochet, quando ocorreu a introdução do regime das AFP, agora quer que isso seja aplicado no Brasil (ver matéria nesta página).

Greve geral de 2017 bloqueou a contrarreforma de Temer

Trata-se de um "cada um por si", em que o trabalhador deposita um percentual de seu salário numa conta individual – sem contribuição do empregador – para assegurar seu futuro. Um sistema totalmente contraditório com a existência de uma Seguridade social – aposentadoria e assistência- estatal, universal e baseada na solidariedade entre as gerações (a contribuição do trabalhador ativo e a do seu empregador – privado ou público - financia a aposentadoria e assistência dos que já saíram do mercado de trabalho), o que, no plano mundial, foi uma das maiores conquistas da classe trabalhadora, obtida com muita luta, e hoje está ameaçada em toda a parte para favorecer a privatização e os lucros do setor financeiro.

Não se pode descartar que, para chegar ao seu objetivo final que é a capitalização individual, Bolsonaro e Guedes apoiem a "reforma" da Previdência de Temer para os que já estão no mercado de trabalho, criando paralelamente o novo sistema que valeria para os ingressantes num emprego. O que deixaria a Previdência pública na UTI por mais alguns anos.

Variações sobre o mesmo tema

A grande imprensa fez alarde de uma proposta "alternativa" de um grupo coordenado pelo ex-presidente do Banco Central de FHC, Armínio Fraga, que traria em dez anos um "alívio" de 1,3 trilhão de reais para os cofres públicos em relação à PEC 287.

O economista Paulo Tafner a apresentou na FGV do Rio como "um novo sistema previdenciário, híbrido, com repartição e capitalização, para os nascidos a partir de 2014", que começaria a funcionar em 2020.

Um "híbrido" que abriria também a via para a capitalização individual. Carlos Gabas, que foi ministro da Previdência nos governos Lula e Dilma, explica que os tais 1,3 trilhão de economia dessa proposta serão retirados dos direitos dos trabalhadores. Os idosos, por exemplo, deixariam de receber um salário mínimo do benefício de prestação continuada e passariam a receber só 70% desse valor como "benefício mínimo universal".

Isso tudo quando o relatório final da CPI da Previdência no Senado, presidida por Paulo Paim (PT-RS), concluiu, após seis meses de trabalho, que não há déficit no sistema de Seguridade Social (que engloba as aposentadorias) e que a "reforma" é desnecessária. O relatório aponta ainda que as empresa privadas devem 450 bilhões de reais para a Previdência.

Só a mobilização da classe trabalhadora poderá barrar o desmanche da Previdência. A tarefa imediata é retomar a mais ampla discussão nas bases sobre o que está em jogo: o direito à aposentadoria garantido pelo Estado. Vamos à luta!

Julio Turra

Chile: mobilização contra as AFP

"Capitalização individual" é rechaçada pelos trabalhadores

A Coordenação nacional "No + AFP" (sigla de "não mais administradoras de fundos de pensão"), liderada pelo dirigente bancário Luís Mesina, que é membro do Acordo Internacional dos Trabalhadores e Povos (AcIT), desenvolve há cinco anos um combate nacional pelo restabelecimento no Chile de um sistema de Previdência solidário e público, substituindo o atual imposto em 1981 na ditadura militar de Augusto Pinochet (1973-90) e mantido pelos governos seguintes com pequenas mudanças.

O "modelo chileno" de capitalização individual – contas individuais geridas por fundos de pensão, sem contribuição dos patrões ou do governo – empobreceu o trabalhador e fez a fortuna de administradoras (inclusive estrangeiras) que aplicam seus valores no mercado. Por isso mesmo é o xodó do capital financeiro, sempre que se fala em reformar a Seguridade Social ou a Previdência, para acabar com o sistema de repartição (os que trabalham financiam a aposentadoria e assistência dos inativos).

O movimento "No + AFP" ganhou, ao longo do tempo, um papel central na mobilização da classe trabalhadora chilena, liderando grandes marchas e mobilizações e apresentando a sua proposta de um sistema nacional público para a Seguridade social.

Protestos nacionais

Um protesto nacional ocorreu em 24 de outubro. Em mais de 40 cidades chilenas, de Arica no extremo norte, até Punta Arenas no extremo sul do país, dezenas de manifestações, concentrações e paralisações ocorreram para exigir a abolição do sistema de pilhagem que são as AFP (privadas ou do Estado), e a instalação de um sistema de aposentadorias por repartição com fundo de reserva.

Não faltou a repressão contra várias dessas manifestações. Em Santiago, a capital, membros da Coordenação "No + AFP" chegaram a ser detidos, mas foram liberados horas depois.

Campanha com amplo apoio popular exige o fim da capitalização individual

O atual presidente do Chile, Piñera (direita), enviou em 5 de novembro uma proposta de reforma que introduz a contribuição dos empregadores com 4% da folha de pagamento. Mas, tal como a alteração anterior da ex-presidente Michele Bachelet, abrindo a possibilidade de fundos de pensão estatais, se mantém a capitalização individual.

A reação da Coordenadora "No + AFPs" foi imediata, convocando uma nova jornada nacional de protestos neste 8 de novembro. Seu porta-voz, Mesina, explica que: "Esta proposta do governo mantem o essencial do atual sistema, logo as aposentadorias não vão melhorar. A capitalização individual é um princípio atentatório ao sistema de seguridade social e condena a maioria a viver a sua velhice na miséria".

Correspondente

DIÁLOGO E AÇÃO PETISTA

de 8 a 22 de novembro de 2018

militante.petista.org.br

Organizar a resistência!

Contribuição para o balanço das eleições de 2018

Membro da Executiva Nacional do PT, o companheiro Markus Sokol apresentou, no dia 29 de outubro, um texto de contribuição ao debate para o balanço das eleições que o Diálogo e Ação Petista começa a fazer. O texto, submetido à apreciação do Comitê Nacional do DAP, que se reúne no próximo dia 25, foi também objeto de discussão nas reuniões dos grupos de base que já estão em curso. Veja nesta página. Abaixo, trechos da contribuição de Sokol.

"Com os votos de significativos 32% do total de eleitores, o candidato do PT, Haddad, perdeu estas eleições para Bolsonaro, candidato da extrema-direita, apoiado pela classe dominante contra o PT no 2º turno, com 39% dos eleitores. Mas 29% do eleitorado se absteve, votou em branco ou nulo.

De fato, o resultado, somado à conquista pela extrema-direita dos governos de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, num primeiro momento, põe os setores populares e democráticos na defensiva.

Haddad tinha razão na noite do 2º turno de exortar "a coragem" contra o medo, "estamos aqui juntos". Mas face ao desastre, não é razoável acenar com "eleições daqui a quatro anos", uma eternidade que o povo não merece. Nem é inteligente se fixar em "garantir as instituições" - podres, essa é a verdade! -, as quais deveriam ser reformadas de cabo a rabo.

É hora de organizar a luta contra Temer-Bolsonaro. Já perdemos muito tempo correndo atrás de certas figuras para uma "frente democrática" que não existe - para isso, até se tirou precipitadamente a Constituinte do programa no 2o turno, e nada.

A única frente que pode e deve existir é a frente em defesa dos direitos sociais e trabalhistas. Não há real democracia sem direitos, nem direitos inteiros sem democracia!

É certo que o PT perdeu 7 milhões de votos, comparado ao 2º turno de 2014. É ainda uma consequência de frustrações da base popular em 13 anos de governo com muita conciliação, apesar do legado das conquistas do período, que se somaram à perseguição judicial e midiática.

Ainda assim, o PT manteve a maior bancada na Câmara de Deputados, e vários governos estaduais no Nordeste, uma base de massas e uma trincheira segura para, a partir da resistência, organizar a contraofensiva popular. Pois mesmo eleitores do outro, se levantarão quando virem a realidade das suas medidas, e nos encontrarão juntos na luta. À condição de não nos amarrarmos às instituições podres.

Chave da situação, a luta por Lula Livre é, também, a melhor maneira de reverter o antipetismo, em parte ancorado na pauta "anticorrupção" exacerbada pela classe dominante.

É uma batalha, no fundo, para ajudar a capacitar efetivamente o PT a abrir um futuro de esperança para a nação".

Grupos de base começam a discussão

Reuniões discutem a organização da resistência e a campanha Lula Livre

Ceará - Já no dia 30, foi realizada em Fortaleza uma plenária dos grupos de base do DAP, com a presença de mais de 40 filiados e também de simpatizantes do PT. Abriram o debate Eudes Baima, da direção municipal do PT, e o vereador Guilherme Sampaio, agora primeiro suplente de deputado estadual. O ponto de partida da discussão foi o texto de contribuição de Markus Sokol.

Eudes destacou a necessidade de organizar a resistência à política de "guerra contra o povo que já vem sendo anunciada, a começar pela contrarreforma da previdência". Sampaio falou sobre a importância da iniciativa imediata do DAP de fazer o balanço e buscar iniciativas de ação, e defendeu o relançamento da campanha Lula Livre.

As mais de 20 intervenções do plenário destacaram a necessidade de se voltar às bases. A maioria saudou a resistência do PT, mas cobrou a continuidade do balanço da atuação do partido e dos 13 anos de seu governo.

Entre as decisões adotadas está a de organizar a volta aos locais onde foi realizada a campanha Haddad e iniciar uma campanha de filiação ao PT.

São Paulo - Duas reuniões de grupos de base do DAP na capital paulista reforçaram a necessidade de se levar às ruas a campanha pela liberdade de Lula. No dia 31 de outubro, com 25 presentes, foi realizada a reunião grupo de base do DAP da Av. PTA/Quarteirão da Saúde (HC).

Após uma rica discussão, foi decidido participar ativamente da campanha do PT Lula Livre e contra a reforma da previdência.

O grupo de base do Campo Limpo reuniu-se no dia 2 de novembro, com 14 presentes. Foi registrado na discussão que Haddad venceu em algumas escolas do bairro, em parte fruto de trabalho de visitas aos moradores feitas pelo DAP. Também aqui se decidiu reforçar a campanha Lula Livre e de defesa dos direitos e da democracia.

Pernambuco - A coordenação do DAP de Pernambuco reuniu-se dia 30, com a presença dos coordenadores dos cinco grupos de base do DAP no estado. Foi feito o balanço das eleições, no qual se levantaram várias questões para serem debatidas nas reuniões dos grupos de base, como o papel dos meios de comunicação e das redes sociais e por que o Nordeste foi a única região do país que deu vitória a Haddad.

Houve consenso em que a campanha Lula Livre e a luta contra a reforma da previdência devem estar no centro das atividades no próximo período.

No momento de fechamento desta edição, três reuniões de grupos de base já haviam sido realizadas. Em Gravatá, com 8 participantes, em Jaboatão (10 presentes) e no Recife, reunindo os três grupos de base da capital. As reuniões aprofundaram o balanço iniciado pela coordenação e ressaltaram a necessidade de organizar a resistência contra as medidas de Temer/Bolsonaro.

Minas Gerais - Com a presença de mais de 20 militantes, entre sindicalistas e jovens, o grupo de base do DAP de Juiz de Fora (MG) decidiu levar às ruas a campanha Lula Livre e impulsionar o Encontro Municipal do PT marcado para 20 de novembro.

No balanço eleitoral, a ênfase foi na denúncia das fraudes que marcaram a campanha do candidato da extrema-direita e na parcialidade do juiz Sérgio Moro, que mandou prender Lula sem provas e hoje aceita o cargo de ministro do novo governo.

Nova reunião foi marcada, para debater a situação em Minas Gerais sob o novo governo.

Grupos de base do DAP também se reuniram em outras cidades. Da esquerda para a direita as reuniões no Distrito Federal, em Feira de Santana (BA) e Goiânia (GO).

Fraude, intimidações e crime eleitoral

Eleições de 2018 foram um vale tudo para derrotar o PT

Em 24 de janeiro de 2018, com a confirmação da condenação de Lula pelo Tribunal Regional Federal (TRF-4) de Porto Alegre, começava a corrida eleitoral mais fraudulenta das últimas eleições presidenciais no Brasil. As mesmas instituições que forjaram a retirada de Lula da disputa, fizeram, ao longo dos meses, vistas grossas à todas as irregularidades. À coação patronal, à incitação à violência, ao uso de caixa dois no uso e abuso das redes sociais e notícias falsas, etc, etc, etc. Tudo no "santo nome" do combate à corrupção, que há anos vem sendo urdido pelo Judiciário, com amplo apoio da mídia, para destilar o sentimento de antipetismo, intoxicando a população, o que pavimentou a eleição de Bolsonaro.

Coação patronal

A Procuradoria-Geral do Trabalho (PGT) recebeu, até 20 de outubro, uma semana antes do 2° turno, 199 denúncias em 14 estados relacionadas a coação eleitoral. Levantamento da Agência Pública junto ao Ministério Público do Trabalho (MPT) nos estados revela também que, nos casos em que o MPT abriu parte do conteúdo das denúncias de coação, a maioria das empresas acusadas foram favoráveis ao candidato Jair Bolsonaro (PSL). A PGT registrou denúncias contra mais de 60 empresas pelo país. Em 57 destas empresas denunciadas foi possível identificar a motivação eleitoral dos casos de coação. 28 delas são acusadas de coação em favor de Bolsonaro e apenas uma foi contrária ao candidato do PSL. A região Sul concentra 157 denúncias, ou seja, 79% do total registrado pela PGT. Há casos de camisetas e comunicados idênticos distribuídos em empresas diferentes, o que sugere uma comunicação entre os empresários nos atos denunciados. Palestras, reuniões formais, conversas informais pelos corredores, cartas e até colinhas eleitorais e áudios pelo WhatsApp foram denunciados como forma de indução ao voto e ameaças por parte de donos e diretores de empresas.

FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 98 • Nº 32.705 QUINTA-FEIRA, 18 DE OUTUBRO DE 2018 EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA À 0H34 • R$ 4,00

Empresas bancam disparo de mensagens anti-PT nas redes

Serviços contratados efetuam centenas de milhões de disparos no WhatsApp e ferem a lei eleitoral

Empresas estão comprando pacotes de disparos em massa de mensagens contra o PT no WhatsApp e preparam grande operação para a próxima semana, que antecede o segundo turno, relata Patrícia Campos Mello.
A prática é ilegal, pois se trata de doação de campanha por empresas, vedada por lei, e não declarada.

A Folha apurou que alguns contratos chegam a custar R$ 12 milhões e, entre os compradores, está a rede de lojas de departamento Havan. Seu dono, Luciano Hang, nega. "Não temos essa necessidade", declarou.
Usar ou comprar de terceiros bases de usuários também é ilegal, mas várias agências as oferecem.

Segundo a AM4, que trabalha para a campanha de Jair Bolsonaro (PSL), "quem faz a campanha são os milhares de apoiadores voluntários". Uma ferramenta lícita usada pela empresa gera números de telefone no exterior para escapar de filtros de spam e do limite de 256 participantes por grupo do WhatsApp. Eleições 2018 A4

Chris Daniels
Como combater a desinformação
Milhões de brasileiros usam o WhatsApp para ter conversas particulares. Temos a responsabilidade de amplificar o bom e mitigar o mau. Opinião A2
Chris Daniels é o principal executivo do WhatsApp Inc.

Roberto Dias
É preciso que o anonimato acabe
O WhatsApp não pode mais ser tratado como aplicativo de conversas privadas. Num meio de comunicação de larga escala, quem (des)informa deve ter responsabilidade jurídica sobre o que diz. Opinião A2

Justiça fez vistas grossas à denuncia de caixa dois e profusão de notícias falsas

"Semana do Bolsonaro"

No caso da Komeco (fábrica de ar condicionado em SC), além de uma palestra sobre a eleição, na semana anterior à do primeiro turno, um áudio atribuído ao presidente da empresa passou a circular entre os funcionários: "Semana que vem, pessoal, aqui na empresa nós estamos chamando de semana do Bolsonaro. Todo funcionário que quiser colocar um adesivo a empresa vai pagar metade. A camiseta [do candidato] custa 30 pila, nós vamos estar comprando por 30 e vendendo pro funcionário por R$ 10. Vai ser a semana que a gente vai trabalhar uniformizado de Bolsonaro: carro adesivado e camiseta vestida".

Foi em tom de ameaça que o dono da empresa Tabacos D'Itália, Gilmar João Alba (RS) tentou convencer seus funcionários a votar em Jair Bolsonaro: "se Bolsonaro não ganhar, eu vou embora", disse em reunião com os empregados, registrada em vídeo. "Nós dependemos de vocês ou as empresas não vão pra frente, mas, se nós, empresas, não existirmos no mercado, quem são vocês? Quem são vocês? Vocês são menos ainda", afirmou. A CUT-SP também recebeu mensagens de trabalhadores da Latam relatando estarem sob pressão de alguns de seus chefes por não declararem voto ou serem contrários ao candidato de extrema direita. Eles contaram que, ao optarem pela neutralidade ou por Fernando Haddad (PT), passavam a ser alvos de chacotas entre a equipe ao longo do voo, criando "um ambiente insuportável" de trabalho.

Empresário invade assembleia

A quatro dias do segundo turno, em 24 de outubro, Emílio Dalçoquio Neto - empresário herdeiro da Transportes Dalçoquio e mais três bolsonaristas invadiram uma assembleia do Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica) que ocorria no Instituto Federal Catarinense de Balneário Camboriú (SC). Após gravar trechos da reunião, os militantes foram interpelados por professores que reconheceram os intrusos. Dalçoquio acabou discutindo com os servidores e fez uma defesa do ditador chileno Augusto Pinochet, general que comandou a sangrenta ditadura em seus país entre 1973 e 1990. "Eu defendo Pinochet porque ele matou quem tinha que matar. Tivessem feito o mesmo que ele fez aqui no Brasil não haveria isso aí", disse Dalçoquio. Segundo João Cichaczewski, diretor de comunicação de Sinasefe, "o que aconteceu em Camboriú é um reflexo radicalizado do que está acontecendo na sociedade brasileira. As pessoas estão se sentindo autorizadas a serem intolerantes". Dalçoquio foi um dos responsáveis pelo programa de governo de Bolsonaro na área de transporte de cargas. Em maio deste ano, durante a mobilização dos caminhoneiros, sua empresa foi investigada pela Polícia Federal por suspeita de locaute.

Tiago Maciel

Ofensiva contra as Universidades

Antes e depois das eleições instituições são alvos de ataques

Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) e as polícias orquestraram em 24 e 25 de outubro, às vésperas do segundo turno, um conjunto de ações para constranger professores, estudantes e funcionários, e mesmo as Reitorias das universidades públicas. O pretexto foi a reação do meio acadêmico, por meio de manifestos, faixas, atos públicos e reuniões, às ameaças e constrangimentos às universidades.

Os TREs consideraram a defesa da democracia como atos de campanha. As ações atingiram cerca de 20 instituições e entidades sindicais. Uma parte foram praticadas sem mandado judicial, como no caso das invasões da Faculdade de Direito da UFRJ, da UFF de Niterói e da Universidade Estadual da PB. Na UFF, depois, a juíza emitiu um mandado de busca e apreensão de uma faixa, alegando que referência ao fascismo prejudicava Bolsonaro. Um escândalo!

Direito da Federal Fluminense foi alvo de busca e apreensão

Foi uma grave intervenção na autonomia universitária, tão grave quanto vem sendo a judicialização das atividades acadêmicas, após o Golpe de 2016. Curiosamente, o mesmo Judiciário que orquestrou a escalada repressiva contra as universidades, não viu nenhum problema no esquema de caixa dois e produção de fake news promovido pela campanha de Bolsonaro e um importante número de empresas.

A ofensiva contra o ensino superior público prosseguiu depois da eleição. Em algumas entrevistas, Bolsonaro associou a introdução do sistema de vauchers na educação básica (espécie de vale entregues às famílias para a compra de vagas escolares, experiência que fracassou em vários países, inclusive nos EUA) com a cobrança de mensalidades nas universidades federais. Em outras, falou na privatização direta das universidades e da desvinculação do ensino superior do MEC para integrá-lo ao Ministério da Ciência e Tecnologia. As declarações do ministro indicado para a C&T, o ex-astronauta Marco Pontes, de que o ministério se concentrará na oferta de produtos para o mercado indica o nível de ataque que a ciência e o trabalho acadêmico em geral sofrerão.

A escalada contra a universidades não tem data para cessar, como também as políticas de liquidação do ensino superior público e gratuito. É preciso reagir.

Eudes Baima

Duas semanas de intensa mobilização

Houve um verdadeiro combate para virar o jogo

Nas duas últimas semanas que precederam o segundo turno houve um importante engajamento na batalha pela vitória. Diuturnamente equipes de militantes saiam às ruas para o combate "corpo a corpo", "olho no olho", muitas vezes enfrentando a truculência policial ou provocações de fascistóides bolsonaristas. Barraquinhas de conversa com a população foram organizadas por militantes e até espontaneamente.

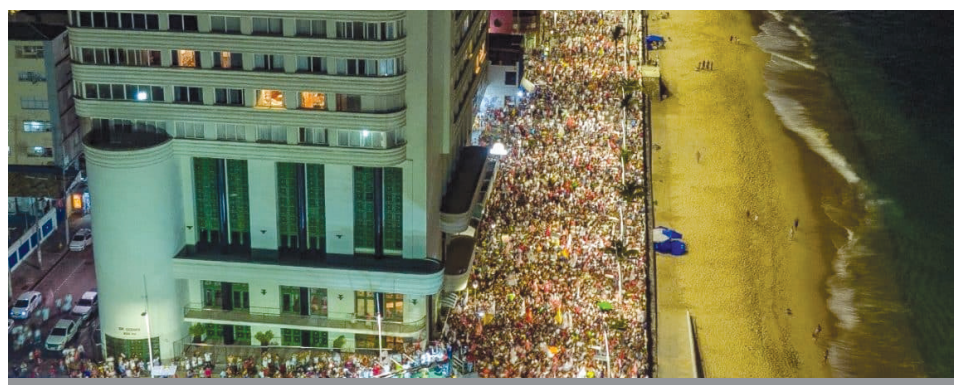
Na porta do Hospital das Clínicas, SP, conversa com a população

Categorias de trabalhadores alertadas por seus sindicatos sobre o que representavam as propostas em disputa, entraram na discussão e foram se posicionando, até com votação em assembleias, decidindo livremente pelo voto 13, Haddad. Nas universidades, estudantes realizaram assembleias lotadas e se engajaram na batalha.

Nas atividades finais da campanha, centenas de milhares se manifestaram nas ruas de Recife e Salvador.

Foram duas semanas de intensa batalha que, se não viraram o jogo, mostraram a força com a qual o partido poderá contar para organizar a resistência. Uma resistência que contará, sem dúvida, com os setores das camadas oprimidas que, intoxicados pela mídia, ludibriados pelo farsante antissistema, votaram equivocadamente em Bolsonaro.

Recife, 25 de outubro



Salvador, 26 de outubro

O balanço necessário e bola pra frente!

PT foi derrotado, mas chegou ao no 2º e sai preservado como partido

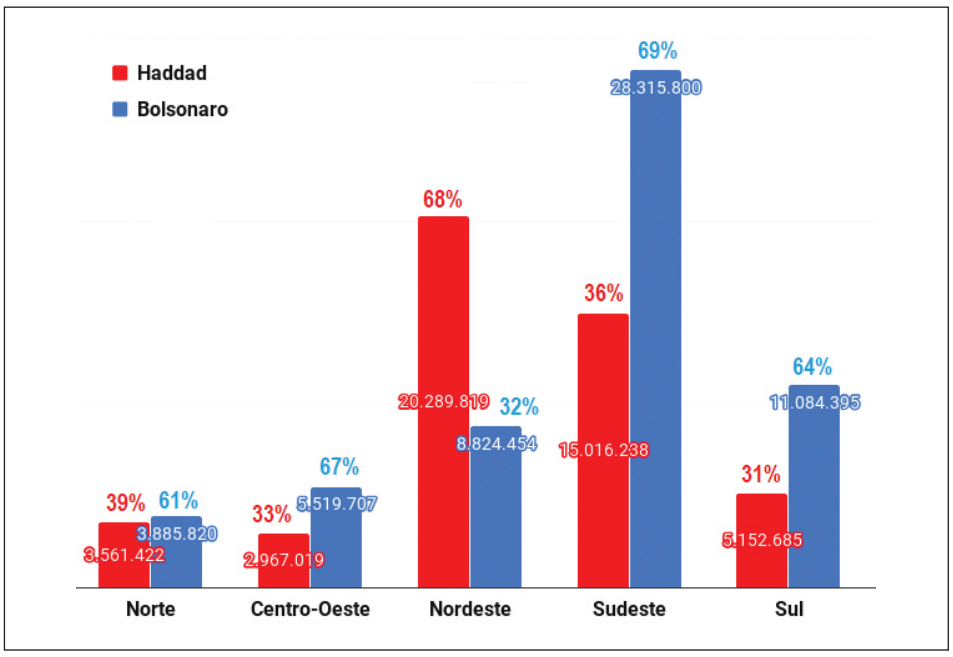
A passagem do PT para o segundo turno destas eleições presidenciais foi uma vitória. Uma verdadeira demonstração do enraizamento partidário, diante de toda perseguição que o partido, e sua principal liderança, Lula, foram e são vítimas. É bom lembrar que até Lula ser retirado das sondagens eleitorais, na última pesquisa Ibope, de 21 de agosto, ele liderava com 37% (contra 18% de Bolsonaro) e na DataFolha, 22 de agosto, com 39% (contra 19% de Bolsonaro), indicando a possibilidade do PT ganhar já no primeiro turno.

A derrota no segundo turno, não anula o fato de que o PT segue sendo o partido mais enraizado junto as camadas oprimidas, com instrumento de sua luta.

Foram 47 milhões de votos em Haddad. Nas três semanas entre o primeiro e o segundo turnos o PT conquistou 15 milhões a mais de votos. Numa campanha dura, pois também foram três semanas que amplificaram as calúnias via WhatsApp, sustentadas por caixa 2, as intimidações, coação patronal e abusos policiais (ver pág. ao lado).

Em relação ao segundo turno de 2014, o PT perdeu sete milhões dos 54 milhões de votos que reelegeram Dilma.

Um balanço apurado do mapa de votação deve ser feito. Por que é nos grandes centros, ali onde a classe está mais organizada, que o partido perde mais votos (ver gráfico)? Por exemplo, no Rio de Janeiro, estão 1,8 milhão dos sete milhões perdidos.



Entender as razões que levaram à derrota do PT nestas eleições, para além da conjugação de forças entre as classes dominantes, as instituições e mídia para disseminar o antipetismo, sem falar do papel deplorável do "muy amigo" Ciro Gomes, é parte da luta que está pela frente.

Avançar no curso indicado pelo 6º Congresso

Depois do golpe do impeachment, nas eleições municipais de 2016, tendo perdido 10 milhões de votos, o PT começou uma reflexão que chegou ao seu 6º Congresso (junho 2017) e resultou em resoluções que apontavam um novo caminho. Tais resoluções indicavam uma política de superação da adaptação às instituições. Adaptação que está na raiz dos erros cometidos pelo PT, em particular medidas políticas e alianças contraditórias aos interesses da nossa base social, cujo ápice foi o último mandato de Dilma.

As resoluções do 6º Congresso, somadas ao combate contra o golpe e a manutenção da candidatura de Lula – num claro questionamento das instituições apodrecidas - até onde foi possível, -revigoraram o partido e ele chegou ao segundo turno.

"Recaídas" no curto combate entre o primeiro e segundo turnos, não ajudaram. Uma semana foi perdida atrás de uma ampla frente que não se concretizou, buscando até o apoio do primeiro algoz da perseguição jurídica ao PT, o ex-ministro do Supremos Tribunal Federal, Joaquim Barbosa. Tampouco ajudou atender ao comando da Rede Globo e jogar para o espaço a proposta de Constituinte que constava do programa de governo e que era a resposta, no terreno da democracia, ao justo e profundo rechaço ao atual sistema. São estes erros sobre os quais o partido deve seguir refletindo.

Nada a ver com a hipócrita cobrança que fazem porta-vozes da burguesia e suas instituições, na cruzada "anticorrupção" que, aqui e alhures, serve de instrumento para o imperialismo remover obstáculos aos seus interesses. É preciso ter claro que não se trata, como a Lava Jato e seu conduto Sergio Moro, de um justo processo, no qual se comete alguns equívocos.

Com tudo e por tudo o PT está preservado. Não ruiu como ruíram os partidos tradicionais da burguesia. Teve 47 milhões de votos para presidência, elegeu 57 deputados federais, a maior bancada na Câmara, elegeu quatro governados. Mas tem, sobretudo, uma militância que, quando chamada, deu o sangue na batalha para virar os votos nas duas últimas semanas antes do 28 de outubro.

Agora é hora de abrir a discussão nas instâncias e junto à base partidária. Fazer o balanço e organizar a luta contra os ataques aos direitos e à democracia!

Misa Boito

Executiva começa a avaliar eleições

Hora da base militante entrar no debate

A Executiva do PT reuniu após o pleito, adotou uma nota (resumo abaixo), mas adiou o balanço de fundo para o Diretório dia 30 de novembro- uma comissão preparará um projeto.

A nota da CEN denuncia as condições da eleição da qual Lula foi alijado, exige investigar "ocorrências", e chama a resistir à pauta reacionária de Bolsonaro, começando pela Previdência, assim como a reforçar a campanha Lula Livre.

Haddad, que participou de parte da reunião, ressaltou "a força social do PT", exaltou a "nova militância jovem" e avaliou que "a facada confundiu quem é antissistema"; aplaudido ao pedir desculpas pelos erros, concluiu "vamos organizar a resistência".

No debate apareceram diferenciações e tensão sobre a responsabilidade pela relativa derrota.

Certos dirigentes propunham uma "Frente Democrática", alguns a "Frente Antifascista" – como se já não tivessem fracassado no 2º turno - tentando replicar alianças dos governadores do Nordeste para além do PSB, com PP, PSD, PMDB e o próprio PDT de Ciro que não veio (vieram personalidades democráticas).

Executiva do PT, reunida em 30 de outubro, propõe frente de resistência pela democracia e pelos direitos do povo

Para esses dirigentes, não era a força eleitoral do "legado de Lula" (programas sociais) no Nordeste, o que explica a adesão de oligarquias ao candidato de Lula. Seria o espírito de isolamento que afastou o PT no Sul-Sudeste de aliados naturais, e prejudicou. Eles já esqueceram as conciliações dos 13 anos e que Levy no segundo mandato de Dilma atacou direitos sociais com impacto nos setores organizados do Sudeste (aliás, no 1º turno, Haddad perdeu nas Capitais do Nordeste).

Há outro setor de dirigentes que recorda os problemas dos governos Lula-Dilma, mas para reconectar com a base petista e as periferias, quer "superar" o PT por frentes, a etérea "nova militância", joga fora a criança com a água suja.

O desnorteio inicial nas duas vertentes aparece no culto às instituições da Constituição de 1988, como se fossem defender o povo e suas organizações do autoritarismo de Bolsonaro (mal-chamado "fascista").

A verdade é que a base tem que entrar no debate e resgatar o espírito do 6º Congresso.

João Alfredo Luna

POR UMA FRENTE DE RESISTÊNCIA PELA DEMOCRACIA E PELOS DIREITOS DO POVO

A candidatura de Haddad e Manuela, representantes da democracia e do projeto de desenvolvimento com inclusão social inaugurado no governo do ex-presidente Lula, recebeu a votação de mais de 47 milhões de eleitores. Elegemos a maior bancada na Câmara dos Deputados e uma das maiores representações nas Assembleias Legislativas, quatro governadores do PT e muitos de partidos aliados.

(...)

O processo eleitoral foi marcado, desde o início, pela violência e pelo ódio, a começar pela cassação da candidatura do ex-presidente Lula. A cúpula do Judiciário ignorou uma determinação da ONU sobre o direito de Lula ser candidato. E foi incapaz de conter a indústria de mentiras nas redes sociais financiadas pelo caixa 2 de Jair Bolsonaro. A Justiça Eleitoral e o STF têm o dever de investigar as ocorrências denunciadas na campanha de Jair Bolsonaro.

O PT e Haddad continuarão ao lado dos trabalhadores, do povo sofrido, da soberania do Brasil e da democracia, como sempre esteve há quase 40 anos. Vamos resistir à reforma da Previdência que Temer e Bolsonaro querem fazer, contra os aposentados e os trabalhadores. Resistir à entrega do patrimônio nacional, das empresas estratégicas, das riquezas naturais do Brasil aos interesses estrangeiros. Vamos resistir à submissão do país aos Estados Unidos. Nunca beijaremos a bandeira dos Estados Unidos como fez Bolsonaro.(...)

Vamos reforçar a campanha Lula Livre no Brasil e no exterior, não só para fazer justiça a quem foi condenado e preso arbitrariamente, mas porque simboliza a defesa da liberdade, da democracia e dos direitos humanos.

Convocamos os diretórios a se integrar com os movimentos sociais, a Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo, organizando plenárias de articulação da resistência.

A eleição de um aventureiro fascista é fruto de uma campanha de ódio e de mentiras, que nos últimos anos manipulou o desespero e a insegurança da população.

30/10/ 2018, Comissão Executiva Nacional do PT

"O ESGOTO É PARTE DO EDIFÍCIO INSTITUCIONAL"

Intervenção de Markus Sokol na CEN (trecho)

Digo aqui, o que disse a ele, a fala de Haddad foi melhor do que na noite do 2º turno, talvez pela pista que ele deu de ter mais tempo de refletir. E, sim, vamos organizar a resistência.

Esta não foi uma eleição normal para nada, não vou repetir os fatos, mas qualificar. Por isso, é tão importante que, no desmoronamento dos partidos tradicionais, o PT fique de pé.

Mas as instituições estão podres, não vão nos salvar!

Foi dos seus subterrâneos, do esgoto das instituições, que saiu Bolsonaro, do porão da Ditadura. Porque não foi feita a limpeza democrática, a Constituição deixou os militares impunes, a representação corrupta e a iniquidade social. E o esgoto faz parte do edifício.

Até a hora que decidiu agir, com apoio institucional, do capital, e apoio externo, contra o PT, tirando Lula.

Agora, temos que organizar a resistência até travar Bolsonaro. Qualquer frente pela democracia tem que ser, estou de acordo, também pelos direitos sociais.

A 1ª tarefa é combater a reforma da Previdência este ano, mesmo se for um balão de ensaio, pois isso permite reconectar com a periferia. E agir junto com os sindicatos, de forma organizada.

A 2ª tarefa é a campanha Lula Livre. Uma questão humanitária, a injustiça que não podemos ser indiferentes. Mas é também o meio de combater o antipetismo criado nestes anos. A libertação de Lula é a liberação da alternativa que o PT expressa

Bloco PSB-PDT-PCdoB, outra vez

"Ponte com o PT" ou com o establishment?

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) voltou à cena após as eleições, para articular um bloco parlamentar com o PDT de Ciro Gomes – de hostilidade crescente ao PT – e o PSB cujo presidente, Carlos Siqueira, voltou a acusar o "hegemonismo do PT". Os três estiveram juntos no começo da legislatura e terão agora mais ou menos os mesmos 60 deputados, enquanto o PT tem quase 60 também.

Gentil, Orlando garante que "teremos muitas pontes com o PT".

Mas a imprensa diz que o grupo "discute o apoio conjunto a um nome para a presidência da Câmara. Orlando Silva é ligado ao atual presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ)" (Poder 360º), como ficou claro há dois anos, quando Maia foi eleito. O site lembra que, agora, Maia negocia sua recondução com o Bolsonaro.

Mas o resultado da articulação depende de Ciro Gomes, que era o candidato preferido de vários setores destes três partidos que, na boa parte, acabaram com Lula e Haddad-Manuela. Ciro diz que fará oposição com propostas, "pensando no Brasil", e não "oposição sistemática" como o PT.

Eles não aprenderam nada!

Por fim, não se sabe qual será a ação do PSOL. Após as eleições, ele chamou atos de "resistência" sem eixo concreto, mais como palanque para o ex-candidato, Boulos.

Intensificar a campanha por Lula Livre!

Nova situação exige desmontar a farsa judicial e tirar Lula da prisão

A eleição de Bolsonaro à presidência da República está carregada de ameaças às liberdades democráticas. Basta relembrar as declarações dadas pelo ex-capitão do Exército em sua campanha e a composição anunciada de seu governo, um misto de viúvas da ditadura militar com aves de rapina do empresariado, membros do baixo-clero do "centrão", incluindo as bancadas ruralista, da bala e evangélica.

São Bernardo do Campo, 7 de abril de 2018, Lula é carregado por apoiadores, em frente ao Sindicato dos Metalúrgicos. Neste dia Lula foi levado à Curitiba como preso político.

O mínimo que se pode esperar é um governo autoritário, que acobertará ações discriminatórias e violentas de grupos que o apoiam contra as organizações dos trabalhadores e dos setores oprimidos. O que não é contraditório com as juras de Bolsonaro de respeito à atual Constituição, a mesma que foi invocada para o golpe do impeachment contra Dilma e que já sofreu mais de cem emendas, sempre para pior, desde a sua promulgação em 1988.

Nesse cenário a luta pela libertação de Lula é prioritária e central. Para além do fato do ex-presidente ter sido vítima de uma perseguição judicial – o chamado "lawfare" – e condenado sem provas por Sérgio Moro por "atos de ofício indeterminados" (ver matéria abaixo), Lula se transformou num símbolo da luta do povo trabalhador pelos seus direitos, pela democracia e a soberania nacional.

É certo que a grande mídia, todas as frações da burguesia, o imperialismo dominante e as Igrejas se uniram na defesa da prisão de Lula. O que se traduziu na campanha eleitoral numa violenta campanha contra o PT. O que demonstra que a luta por Lula Livre se confunde com a defesa do PT e das demais organizações políticas dos trabalhadores, bem como das organizações sindicais e populares.

Relançar a campanha em todos os níveis

No plano nacional, está prevista para 12 de novembro, em Curitiba, a primeira reunião do Comitê nacional Lula Livre depois do 2º turno das eleições presidenciais. É preciso manter e reforçar a Vigília que há sete meses ocorre diante da sede da Polícia Federal em Curitiba onde Lula está preso.

As tomadas de posição de entidades e movimentos em favor da libertação imediata de Lula devem ser renovadas, tanto no plano nacional como no internacional.

A primeira reunião do Comitê internacional Lula Livre, realizada na Fundação Perseu Abramo após o 2º turno, registrou a proposta levada pela CUT de organização de um giro na Europa em janeiro e fevereiro de 2019 do candidato do PT à presidência Fernando Haddad com o objetivo de intensificar a campanha por Lula Livre.

Lauro Fagundes

ONZE ILEGALIDADES CONTRA LULA

Em 5 de novembro a Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD) emitiu uma nota pública elencando onze ilegalidades sofridas por Lula por ação direta do juiz Sérgio Moro.

Dentre elas, a escuta ilegal vazada para a imprensa de conversa telefônica entre Lula e Dilma no início de 2016; a condução coercitiva de Lula em março do mesmo ano; a condenação no caso do Triplex sem provas; o julgamento em tempo recorde pelo Tribunal Regional Federal de Porto Alegre (TRF-4); a ordem de prisão emitida em 5 de abril deste ano.

Finaliza com o ocorrido entre os dois turnos das eleições presidenciais, quando Moro negociou com aliados de Bolsonaro para assumir, ainda como juiz e antes da posse do presidente eleito, o cargo de super ministro da Justiça.

Moro recebe prêmio pelo trabalho sujo

Perseguições e atuação parcial do juiz tiraram Lula da eleição

O convite de Jair Bolsonaro para que o juiz Sergio Moro seja seu ministro da Justiça comprova a ação política do magistrado, responsável pela condenação que tirou Lula da eleição presidencial, na qual era o favorito disparado. Moro agiu como cabo eleitoral de Bolsonaro e teve comportamento parcial no julgamento de Lula. Como declarou o próprio Bolsonaro, Moro o "ajudou a crescer politicamente."

De acordo com o vice eleito, general Hamilton Mourão, o juiz foi sondado para ingressar no governo durante a campanha eleitoral, o que só amplia o escândalo. Moro atua como político há muito tempo, mesmo se negou em várias entrevistas a intenção de "entrar para a política".

Em março de 2016, após atos "contra a corrupção", o juiz soltou nota em que se dizia "tocado" pelas manifestações. Agia como se fosse uma liderança, não um magistrado.

A perseguição que moveu contra Lula e os petistas em geral foi demonstrada em vários episódios, como a própria sentença contra Lula, condenado sem que fossem apresentadas provas de crime; o empenho em impedir a libertação do ex-presidente, depois da concessão de um habeas corpus em julho; e a divulgação, às vésperas do primeiro turno, de uma antiga delação premiada de Antonio Palocci.

"Apodrecer na cadeia"

De acordo com Bolsonaro, Sérgio Moro aceitou o convite como "um jovem universitário recebendo um diploma". É como se estivesse recebendo um prêmio pelo trabalho sujo realizado.

O ataque aos direitos democráticos é uma das marcas de Bolsonaro. Em 21 de outubro, ele se dirigiu,a através do celular, a seus apoiadores reunidos na Av. Paulista, falando sobre dirigentes petistas, com estas palavras: "E seu Lula da Silva, se você estava esperando o Haddad ser presidente para soltar o decreto de indulto, eu vou te dizer uma coisa: você vai apodrecer na cadeia. E brevemente você terá Lindbergh Farias para jogar dominó no xadrez. Aguarde, o Haddad vai chegar aí também. Mas não será para visitá-lo, não, será para ficar alguns anos ao teu lado". Somente num Estado policial o presidente poderia manter preso ou enviar para a cadeia opositores.

É a esse governante que Moro servirá. Será ministro ao lado de Onyx Lorenzoni (DEM-RS), que confessou ter utilizado caixa 2 em campanha eleitoral. Para Moro, tudo bem, porque ele "pediu desculpas". E não é petista, claro.

A defesa de Lula entrou com pedido de habeas corpus no Supremo Tribunal Federal (STF). Com base no comportamento suspeito de Moro, solicita a nulidade do processo e a libertação de Lula, que será interrogado no dia 14 em outro processo, relativo ao sítio de Atibaia.

No último dia 7, o ministro do STF, Luis Edson Fachin, encaminhou para a 2ª Turma da Corte o julgamento do recurso da defesa de Lula.

Cláudio Soares

Moro ajudou Bolsonaro e agora recebe super-ministério como prêmio

E SE...

Imagine se, pouco depois do Atlético Mineiro e Flamengo, disputado no Serra Dourada, pela Copa Libertadores de 1981, na decisão da única vaga da fase de grupos, quando cinco jogadores do Galo foram expulsos, o árbitro José Roberto Wright fosse convidado pelo Flamengo para assumir a Diretoria de Futebol do clube.

O que você acharia disso?

E mais.

E se ele aceitasse?

(Blog do jornalista Juca Kfouri, 30/10)

Temer-Bolsonaro aceleram ataques

Mercado pressiona por medidas de corte de direitos e entrega das riquezas

Um dia após o 2º turno, as "agências de classificação de risco" Moody's e Fitch (representantes do mercado financeiro) cobraram do novo governo a aplicação das "reformas fundamentais para o equilíbrio das contas públicas" – ou seja, cortar gastos sociais para garantir o pagamento de juros da dívida.

Bolsonaro, continuidade e aprofundamento da política de Temer

O destaque, claro, fica para a contrarreforma da Previdência que Temer falhou em aprovar (ver pág.4). Além disso, elas dizem esperar de Bolsonaro as demais "reformas estruturais" como forte corte de gastos e privatizações.

A "vitória do candidato do PSL impulsionou seu capital político para construir maioria legislativa", porém, pondera a Fitch, é ainda "incerto saber se o governo conseguirá usar o período de lua de mel para formar coalizão garantindo a aprovação das medidas" exigidas pelo mercado.

E são estas medidas – de ataques aos serviços sociais, aos trabalhadores e à nação – que a equipe de Bolsonaro, chefiada pelo fã do ditador chileno Pinochet e economista Paulo Guedes, prepara. Em acordo com o governo Temer, com os tucanos e com os conselhos das agências de crédito, sua política é balizada por melhorar as "expectativas do mercado". As agências chantageiam, "caso as reformas sejam rejeitadas pelo Congresso", rebaixaremos a "avaliação de crédito de rating do Brasil, trazendo impactos negativos na confiança e investimentos".

Congresso retoma projetos dos golpistas

Enquanto isso, a equipe bolsonarista prepara um conjunto de medidas que não apenas desmantelará os serviços sociais, como desindustrializará o país tornando-o uma mera colônia exportadora de matéria prima barata. Por isso, a subordinação comercial com os EUA, as privatizações da Eletrobrás, Petrobras, Caixa Econômica e Banco do Brasil – bem como a extinção do BNDES – já começam a ser por eles discutidas.

Mas, já de imediato, pretendem junto com os restos do governo Temer, aprovar projetos já engatilhados no atual Congresso, como o adiamento do reajuste dos servidores públicos, a cessão onerosa do Pré-sal, além de medidas de ataque à democracia, como a "Escola sem Partido" (ver pág. 2) e à resistência dos trabalhadores e seus sindicatos e dos movimentos populares, a "lei antiterrorismo", que destacamos nesta página.

Alberto Handfas

Cessão onerosa do Pré-sal

Entrega às estrangeiras e perda de empregos

O governo Temer-Bolsonaro tenta aprovar pedido de urgência para votar no Senado o projeto da cessão onerosa (PLC78/2018) que autoriza a Petrobras a vender até 70% dos seus direitos de exploração (adquiridos quando da assinatura do contrato de cessão onerosa, em 2010) no Pré-sal.

Isso significa a possibilidade repassar às petrolíferas multinacionais estrangeiras o direito de exploração de até 3,5 bilhões de barris. O projeto autoriza também que sejam realizados leilões para exploração do volume excedente da cessão onerosa, ou seja, o volume superior aos 5 bilhões de barris originalmente concedidos à Petrobras em 2010, portanto uma nova rodada de desnacionalização das reservas de petróleo.

A Lei da cessão onerosa, aprovada à época de Lula (2010), autorizou a União a "ceder" à Petrobras o direito de produzir até 5 bilhões de barris de petróleo e gás natural na área do Pré-sal, no valor de R$ 173,3 bilhões, segundo estimativas da época. O objetivo foi capitalizar a Petrobras para desbravar o Pré-sal. Em contrapartida, a Petrobras repassaria o valor correspondente a essa quantidade de barris à União em forma de ações preferenciais da empresa. Assim, a União elevou seu controle acionário de 40% para 49%, garantindo à Petrobras recursos a seus novos investimentos.

Contudo, novas estimativas da Petrobras indicam que há cerca de 15 bilhões de barris de excedentes, que valem cerca de R$ 500 bilhões. O novo projeto de cessão onerosa Temer-Bolsonaro permitirá vender esse excedente – bônus de assinatura - por apenas R$ 100 bilhões. Na prática, isso entrega quase que de graça de tudo que já foi investido em tecnologia e custos de produção.

Além de recursos que poderiam ser investidos em áreas como saúde e educação, o país perderá investimentos em tecnologia e milhares de empregos porque toda a contratação de máquinas, equipamentos, estaleiros, plataformas e sondas poderá ser transferida para o exterior.

Lei Antiterror

Malta inclui na pauta do Congresso projeto de endurecimento contra movimentos sociais

Em seu discurso de eleito, Bolsonaro repetiu sua intenção autoritária de criminalizar os movimentos sociais (particularmente os Sem Teto e Sem Terra), tratando-os como "terroristas". Um de seus principais coordenadores de campanha, senador Magno Malta tratou então de incluir na pauta da Comissão de Constituição e Justiça do Senado a votação de um projeto para ampliar, na atual lei "Antiterrorismo", ações que podem ser consideradas como terrorismo.

A votação do projeto foi rejeitada por nove votos a quatro na comissão, graças aos senadores do PT e PCdoB. A comissão decidiu realizar uma audiência pública nesta semana para retomar sua votação.

A Lei Antiterrorismo foi aprovada durante o governo Dilma à época das Olimpíadas no Rio, uma exigência do Grupo de Ação Financeira do G-20. Por pressão dos movimentos sociais, ao sancionar a lei, Dilma vetou oito artigos por não estabelecerem "parâmetros precisos capazes de garantir o exercício do direito à liberdade de expressão". E incluiu um artigo que excluía da legislação manifestações políticas, movimentos sociais, sindicais, religiosas, de classe ou de categoria profissional. Mesmo assim, já há época, movimentos sociais criticaram a lei como um todo por ela dar margem a juízes, promotores e delegados a interpretarem sobre o que é ou não terrorismo.

Os excessos vetados por Dilma são justamente aqueles que Malta e Bolsonaro pretendem recuperar para estender agora a Lei Antiterror aos movimentos sociais.

CESARE BATTISTI

Bolsonaro promete extradição

Ao responder ao Ministro do Interior da Itália, Matteo Salvini, de extrema direita, a saudação pela eleição do pai, Eduardo Bolsonaro respondeu: "o presente está chegado! Obrigado pelo apoio, a direita fica mais forte."

Ele fazia referência à intenção de Jair Bolsonaro de extraditar o ex-ativista italiano Cesare Battisti, intenção saudada e cobrada pela embaixada italiana.

Battisti, vive no Brasil desde 2004, condenado à prisão perpétua pela Justiça italiana por sua ação guerrilheira nos anos 70. Em 2009, após pedido de extradição feito pelo governo italiano, o STF autorizou seu envio ao país de origem, mas em 2010, o então presidente Lula, no último dia de seu governo, negou a medida.

Em outubro do ano passado, o governo italiano refez o pedido. Uma semana antes, a defesa do italiano entrou com pedido de habeas corpus no STF para impedir sua eventual extradição, deportação ou expulsão do país. O processo está sob a relatoria do ministro Fux. A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, pediu agora urgência no andamento do caso do italiano Cesare Battisti no STF.

Sob o comando do governo Trump

Sinais de política externa de Bolsonaro é de alinhamento total aos EUA

Praxe depois de uma disputa eleitoral, algumas mensagens governamentais recebidas por Jair Bolsonaro são protocolares enquanto outras revelam o alinhamento que se espera de quem, durante a campanha, bateu continência para a bandeira dos Estados Unidos e usou a Venezuela como espantalho.

Um dos primeiros a telefonar foi, justamente, o presidente estadunidense, Donald Trump, que, em seguida, comentou em sua conta no twiter:"Concordamos que o Brasil e os Estados Unidos trabalharão juntos, estreitamente, em matéria comercial, militar e todo o resto."

A inusitada menção à colaboração "militar" só pode ser relacionada à política de instalação de bases dos EUA em países da América Latina e às seguidas ameaças de intervenção militar na Venezuela - Trump considera "todas as opções", inclusive a militar. Dias depois a Venezuela também foi o tema de conversa de Bolsonaro com o Secretário de Estado dos Estados Unidos, Mike Pompeo.

Já Nicolás Maduro, presidente da Venezuela, felicita "o povo do Brasil" pela participação nas eleições e "exorta o presidente eleito a retomar, como países vizinhos, o caminho das relações diplomáticas de respeito, harmonia, progresso e integração regional, pelo bem-estar de nossos povos".

Da Itália, o belicoso vice Primeiro ministro e Ministro do Interior, Matteo Salvini, da Liga, de extrema-direita, em sua conta no twiter saudou Bolsonaro e comemora que no Brasil os "cidadãos mandaram a esquerda para casa".

Bolsonaro bate continência à bandeira dos EUA, em outubro do ano passado
Na noite de 28 de outubro deste ano, Trump foi o primeiro a ligar para Bolsonaro e saudar sua eleição

Mensagens da Argentina, Paraguai e União Europeia chamam a atenção por exaltarem as "instituições democráticas" do Brasil, ignorando seu papel não apenas para o golpe de 2016, mas particularmente para influenciar no resultado eleitoral, seja impedindo Lula de concorrer, seja empurrando crimes da campanha Bolsonaro para debaixo do tapete (fake news, caixa dois, coação patronal, uso de igrejas).

Do Chile, o direitista Sebastian Piñera releva esses crimes saudando uma eleição "limpa e democrática" e convida Bolsonaro a fazer a seu país a primeira visita presidencial, relegando a segundo plano a Argentina (principal compradora de produtos industriais do Brasil).

Luiz Almagro, secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) agride a realidade ao aplaudir a "mensagem de verdade e paz" que, segundo ele, emana de Bolsonaro.

Guinada à direita prejudicará economia brasileira

O Ministério de Relações Exteriores da China parabenizou Bolsonaro enquanto uma agência de notícias controlada pelo governo se felicitava pela promessa de "privatizar tudo" feita por Paulo Guedes.

Ao mesmo tempo o jornal oficial China Daily (Diário da China) publicou um duro editorial sobre as ameaças de Bolsonaro de romper acordos comerciais com a China, hoje o principal parceiro comercial do Brasil: "O custo econômico pode ser duro para a economia brasileira" cujas exportações "ajudaram não apenas a alimentar o rápido crescimento da China, mas também sustentaram o forte crescimento do Brasil".

O primeiro-ministro do estado sionista de Israel, Benjamin Netanyahu, cumprimentou Bolsonaro e prometeu vir a sua posse - seria a primeira visita de um chefe de governo sionista ao Brasil. Em 1 de novembro, Bolsonaro declarou que pretende transferir a embaixada brasileira de Tel-Aviv para Jerusalém, alinhando-se, assim, com a provocação de Donald Trump contra o povo palestino.

Em represália, o Egito cancelou, em cima da hora, uma viagem do atual ministro de relações exteriores, Aloysio Nunes, prevista para se iniciar dia 7 de novembro. Os mais de 20 empresários brasileiros que já estavam no Cairo esperando realizar negócios ficaram a ver navios.

Também enviaram mensagens, entre outros, governos da Rússia, Colômbia, Peru, França, Alemanha, além de Marine Le Pen, da Frente Nacional, partido de extrema-direita da França.

Rafael Potosi

Que efeito terá Bolsonaro na Venezuela?

Companheiro do país vizinho responde a esta questão

A oposição pró-imperialista venezuelana recebeu com satisfação a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais do Brasil.

Seus líderes pediram ao novo presidente eleito que intervenha na Venezuela de acordo com seus objetivos políticos. Assim, o ex-presidente da Assembleia Nacional e líder do partido "Primero Justicia" de extrema direita, Julio Borges, através do twitter, felicitou Bolsonaro e o convidou "a trabalhar pelo resgate da democracia na Venezuela".

Borges atualmente é um fugitivo do sistema de justiça venezuelano e se abriga na Colômbia, acusado de conspiração e de ser o autor intelectual do ataque terrorista realizado em agosto passado contra o presidente Nicolás Maduro.

Na mesma linha se posicionaram Maria Corina Machado e Lilian Tintori, ambas do partido "Voluntad Popular". O ex-prefeito de Caracas, Antonio Ledezma, outro fugitivo que reside atualmente na Espanha, também elogiou Bolsonaro como "um aliado para enfrentar o governo".

Por seu lado, Bolsonaro reafirmou seus compromissos com Donald Trump e a política externa de Washington. Ele prometeu romper relações diplomáticas com a Venezuela e respaldar as sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos. O resultado que lhe favoreceu nas eleições brasileiras faz supor um reforço na ameaça militar e maior cerco financeiro e econômico à nossa nação.

Nova ordem geopolítica?

O triunfo eleitoral de Bolsonaro poderia fazer com que o Brasil se convertesse em exemplo, para os demais países da América Latina e do Caribe, da nova ordem geopolítica e econômica que pretende instaurar o grupo dominante no governo dos Estado Unidos, os chamados "neoconservadores".

Para retomar o controle de seu "quintal", tal plano imperialista teria uma base econômica com a absorção pela Aliança do Pacífico (acordo de livre comércio dos Estados Unidos com países como Peru e Chile) das atuais estruturas econômicas supranacionais (ALBA e Mercosul). No plano político, se trata de substituir os regimes que opõem resistência aos ditados de Trump, como a Bolívia e a Venezuela, por regimes alinhados ao de Maurício Macri na Argentina, do direitista Iván Duque na Colômbia e, com sua guinada à direita, o de Lenin Moreno no Equador.

Ao mesmo tempo, não se pode perder de vista que no interior da virada atual ocorrida no Brasil, convivem tendências contraditórias, dentre elas a mobilização e a resistência do povo trabalhador brasileiro, que hoje se entrelaça com a mobilização dos trabalhadores de todo o continente e o combate que levamos na Venezuela contra a ingerência imperialista, em defesa da soberania nacional e de nossas conquistas trabalhistas e sociais.

É no terreno do enfrentamento com o imperialismo e seus lacaios, o que certamente vai se acentuar, que se decidirá o futuro dos povos e nações da América Latina.

Alberto Salcedo,
de Maracaibo (4 de novembro)

“Não somos criminosos, deixem-nos entrar, queremos trabalhar!”

Trump mobiliza 15000 soldados contra famílias trabalhadoras que se dirigem aos EUA

No fechamento desta edição, começavam a unir-se na Cidade do México as caravanas de migrantes que se dirigem aos Estados Unidos em busca de emprego. Todos os migrantes são trabalhadores prejudicados pelas contrarreformas impostas a seus países pelo governo dos EUA. Em Honduras, El Salvador e Guatemala, são considerados “sobrantes” pelos patrões, principalmente das multinacionais.

Publicamos abaixo, trechos do Suplemento de 21 de outubro do jornal “El Trabajo” da seção mexicana da 4ª Internacional.

“Nós não somos criminosos, deixem-nos entrar, queremos trabalhar!”, gritavam os trabalhadores migrantes da América central em marcha para os Estados Unidos, diante do ataque com gases e cassetetes na ponte internacional, pelos policiais federais mexicanos em 19 de outubro, na fronteira entre o México e a Guatemala. Esta foi a resposta do governo de Peña Nieto, porém, ela falhou em parte, diante da resistência e o heroísmo de milhares de migrantes hondurenhos.

Um fato sem precedentes! Milhares de migrantes não apenas se agruparam, mas ainda resistiram e enfrentaram a polícia mexicana, recusando-se a renunciar a seu objetivo de atravessar o México para chegar aos EUA.

A marcha partiu em 13 de outubro de São Pedro Sula, a 180 km de Tegucigalpa [capital de Honduras]. Eles deverão percorrer mais de 4500 km. Até o momento, mais de 7 mil migrantes atravessaram El Salvador, a Guatemala e ingressaram ontem no México.

Não é tarefa das maiorias legislativas que o Morena (Movimento Regeneração Nacional) obteve na câmara de deputados e no senado na eleição de 1º de julho, legislar imediatamente para ratificar e reforçar o direito a marchar sem ser atacados pelos diversos corpos repressivos do governo Peña Nieto e para garantir abrigo, alimentação e assegurar a passagem dos trabalhadores migrantes que marcham para os EUA?

Por sua vez, as organizações de migrantes, os sindicatos e organizações políticas e camponesas de todos os países concernidos têm a tarefa unir suas forças para proteger a seus irmãos de classe. “Nós somos trabalhadores internacionais”, afirmou um dos organizadores.

Trump: “chamarei os militares”

Trump lançou duras ameaças contra os migrantes e os governos do México, Honduras, El Salvador e Guatemala, dizendo: “Eu devo, nos termos mais firmes, pedir ao México que detenha este avanço, e se não o fizerem, chamarei os militares e fecharei nossa fronteira sul!”

Em relação aos governos de Honduras, El Salvador e Guatemala, ameaçou suspender a ajuda de cerca de 130 milhões de dólares anuais (18 de outubro).

Ao mesmo tempo, aproveitou a ocasião para atacar o Partido Democrata prevendo as eleições que acontecerão em menos de três semanas nos Estados Unidos, nas quais os republicanos temem perder a Câmara dos Deputados.

Contudo, embora o problema tenha uma dimensão eleitoral, sua causa principal é a política geral do governo dos Estados Unidos.

A máquina de deportação que Trump dirige começou a ser construída no governo de Clinton (democrata), Bush (republicano) e Obama (democrata). Este último, por exemplo, deportou mais de 5,2 milhões de pessoas.

Trump adicionou medidas bárbaras contra os imigrantes que vivem nos EUA, muitos dos quais vivem com medo de ser presos e deportados a qualquer momento. Ele instaurou a política de tolerância zero, separou as crianças de seus pais e as enjaulou.

Ele enviou Mike Pompeo, secretário de Estado, para deter a caravana de milhares de hondurenhos e ameaçar os governos do triangulo da América Central e do México.

Atacar as famílias da América Central com gases e cassetetes é mais um crime cometido pelo governo de Peña Nieto, que pagará cedo ou tarde.

A América Central e a migração

Como ocorre com os imigrantes que chegam à Europa, a responsabilidade das migrações massivas é dos próprios governos imperialistas que, com suas guerras, seus tratados de livre comércio, a manipulação dos preços das matérias primas, a desregulamentação e privatização das empresas públicas, criaram as condições de extrema pobreza para setores cada vez mais numerosos da população, e de uma violência sem precedentes.

19 de outubro, apesar de esquema repressivo, migrantes atravessam a ponte na fronteira da Guatemala com o México, em direção aos Estados Unidos em busca de emprego

Na América central, são causas da migração: a queda dos preços do café, do açúcar e outros produtos primários, a violência, os tratados comerciais com os Estados Unidos, as medidas de privatização e desregulamentação aplicadas pelos governos para adaptar suas economias aos interesses dos monopólios imperialistas.

A indústria incipiente e a agricultura das nações da América central não têm a dimensão suficiente para enfrentar os monopólios imperialistas que dominam o mercado mundial.

As multinacionais que se instalam nos países da América central só estão aí pelo lucro e quando elas constatam que, entre as pessoas que elas exploram, há milhões que não lhes trazem a taxa de lucro esperado, elas as consideram como excesso e, literalmente, as agridem violentamente e as expulsam.

A luta por socorrer os “refugiados”, nossos irmãos de classe, está relacionada ao combate político da classe operária mexicana pela democracia e a soberania nacional, pela revogação das contrarreformas.

Ao mesmo tempo, a luta pelos trabalhadores migrantes e suas famílias só pode se estabelecer com eficácia no plano internacional.

A unidade das organizações de trabalhadores e dos defensores dos migrantes aos Estados Unidos é necessária para lutar pela livre circulação e para que os migrantes sejam lá recebidos e, finalmente, para abrir a via a um desenvolvimento econômico, industrial e agrícola na América Central e no México.

No caso do nosso país, os representantes da maioria dirigida pelo Morena nas câmaras legislativas têm a responsabilidade de legislar sobre o problema, ratificando e ampliando o direito à liberdade de circulação e o direito de asilo sem as brutais restrições que hoje utiliza o governo de Peña Neto, obedecendo as ordens de Trump.

Assine *O TRABALHO* PT

Receba *O Trabalho* em sua casa, a cada quinzena

■ 12 edições: R$45,00 ■ 24 edições: R$90,00 ■ 24 edições Solidário: R$150,00

A partir do nº _____ **Nome:** _____

Endereço: _____

Cidade: _____ **Estado:** _____

CEP: _____ **Tel.:** _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta
Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 – CEP 03041-000 – São Paulo
Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br